

Relatório de Gestão
Superintendência Regional do DPF no Piauí

SUMÁRIO

1. Identificação	2
2. Responsabilidades institucionais	3
2.1. PAPEL DA UNIDADE NA EXECUÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS	3
3. Estratégia de atuação	11
4. Desempenho operacional.....	30
5. Previdência Complementar Patrocinada.....	Erro! Indicador não definido.
6. Instituições beneficiadas por renúncia fiscal.....	Erro! Indicador não definido.
Anexo A - Demonstrativo de tomadas de contas especiais (conforme item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	46
Anexo B - Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades (conforme item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	47
Anexo C - Despesas com cartão de crédito corporativo (conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)	47
Anexo D - Recomendações de órgãos de controle (conforme item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)	50
Anexo E - Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício.....	56
Anexo F - Informações da Unidade de Pessoal quanto ao efetivo encaminhamento, ao órgão de controle interno, dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.....	57

1. Identificação

Tabela 1 – Dados identificadores da unidade jurisdicionada

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Estado do Piauí.	
Natureza jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo.	
Vinculação ministerial	Ministério da Justiça.	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	<p>Criação: Portaria nº 182/65-DG, de 29/04/65, publicada no Boletim de Serviço nº 081, de 04/05/65.</p> <p>Atribuições e competências: Art. 144 da Constituição Federal; Portaria nº 1.825, de 13 de outubro de 2006, DOU nº 198, de 16/10/2006;</p> <p>Estrutura: Decreto nº 6.061, de 15 de março de 2007, DOU de 16.3.2007.</p>	
CNPJ	00.394.494/0034-02	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Regional do DPF no Piauí – 200081.	
Código da UJ titular do relatório	Superintendência Regional do DPF no Piauí – 200081.	
Códigos das UJ abrangidas	Não consolida outras unidades.	
Endereço completo da sede	Av. Maranhão, nº 1022 – Centro, Teresina/PI, CEP: 64.000-010, fone: (86) 2106-4990, fax: (86) 2106-4921.	
Endereço da página institucional na internet	http://www.dpf.gov.br	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento.	
Função de governo predominante	Segurança Pública.	
Tipo de atividade	Policial.	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Primária	200081
	Tesouro	200390
	Funapol	200391

2. Responsabilidades institucionais

2.1. Papel da unidade na execução das políticas públicas

2.1.1 Normas de atuação

As atribuições da Polícia Federal estão definidas no Art. 144 da Constituição Federal:

“§ 1º A polícia federal, instituída por lei como órgão permanente, organizado e mantido pela União e estruturado em carreira, destina-se a:

I - apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei;

II - prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência;

III - exercer as funções de polícia marítima, aérea e de fronteiras;

III - exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

IV - exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.”

Além da Constituição Federal as normas abaixo também norteiam a atuação da Instituição:

- Lei Complementar nº 089/1997 (Institui FUNAPOL);
- Lei nº 2.889/1956 (crime de genocídio);
- Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP);
- Lei nº 5.010/1966 (Organiza Justiça Federal)
- Lei nº 6.001/1973 (Estatuto do Índio);
- Lei nº 6.815/1980 e Decreto nº 86.715/1981(Estrangeiros);
- Lei nº 7.102/1983 (Segurança Privada);
- Lei nº 7.170/1983 (Crimes contra a Segurança Nacional, a Ordem Política e Social);
- Lei 9.017/1995 (Segurança Privada);
- Lei nº 9.807/1999 (Proteção a Testemunhas);
- Lei nº 10.357/2001 (Produtos Químicos);
- Lei nº 10.446/2002 (Crimes de repercussão Interestadual);
- Lei nº 10.683/2003 (Organização da Presidência da República);
- Lei nº 10.826/2003 (SINARM);
- Decreto-lei nº 6.378/1944 (Transformou Policia Civil do DF em DFSP);
- Decreto-Lei nº 9.353/1946 (novas atribuições DFSP);
- Decreto nº 1.983/1996 (Passaporte);
- Decreto nº 5.834/2006 (Regimento do MJ);
- Portaria MJ nº 1.300, de 04 de setembro de 2003. (Regimento interno DPF);
- Instrução Normativa Nº 013/2005-DG/DPF (competências e atribuições das unidades do DPF).

Conforme a legislação acima referenciada, é possível sistematizar e classificar as diversas atribuições do Departamento de Polícia Federal em dois ramos ou gêneros finalísticos distintos:

1) **Polícia Judiciária**, que tem a função precípua de apurar infrações penais e a sua autoria por meio do inquérito policial, procedimento administrativo com característica inquisitiva, que serve de base à pretensão punitiva do Estado formulada pelo Ministério Público, titular da ação penal pública (art. 129, I, da CF).

2) **Polícia Administrativa**, que tanto pode agir preventivamente, como repressivamente, atingindo bens, direitos e atividades, com objetivo de impedir que o comportamento do indivíduo ou das empresas e instituições, cause prejuízos para a coletividade.

O que efetivamente diferencia Polícia Administrativa de Polícia Judiciária é que a primeira se predispõe unicamente a impedir ou paralisar atividades anti-sociais enquanto a segunda se pré-ordena a responsabilização dos violadores da ordem jurídica.

Diferenciam-se ainda ambas as polícias pelo fato de que o ato fundado na polícia administrativa exaure-se nele mesmo. Dada uma injunção, ou emanada uma autorização, encontram-se justificados os respectivos atos, não precisando ir buscar o seu fundamento em nenhum ato futuro.

A polícia judiciária busca seu assento em razões estranhas ao próprio ato que pratica. A perquirição de um dado acontecimento só se justifica pela intenção de futuramente submetê-lo ao Poder Judiciário. Desaparecida esta circunstância, esvazia-se igualmente a competência para a prática do ato.

Atribuições de polícia administrativa

Integrante do Sistema de Segurança Pública, cujo objetivo é a preservação da ordem pública e a incolumidade das pessoas e do patrimônio, em razão das disposições Constitucionais e Infra-Constitucionais, elencadas mais acima, a Polícia Federal exerce outras atribuições inerentes ao Poder de Polícia da Administração Pública, que podem ser denominadas de **POLÍCIA ADMINISTRATIVA** em distinção às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**.

A Polícia Administrativa tem caráter preventivo e repressivo, e objetiva, não a apuração de infrações penais, mas sim, a limitação ou regulação de direitos, interesses ou liberdades, essencialmente legítimos, mas que em decorrência do Poder Discricionário e tendo por fundamento, normas legais, a Administração Pública se vê compelida a disciplinar, regulamentar e fiscalizar.

Para fins de classificação das atribuições, identificadas com as atividades de POLÍCIA ADMINISTRATIVA, é possível discriminar as seguintes espécies:

1) **Controle Migratório:** Atividade que limita, disciplina e regulamenta o direito de ir e vir de cidadãos brasileiros e estrangeiros. Para cumprir essa atribuição, a Polícia Federal executa medidas de fiscalização e controle, cumprindo regras estabelecidas para a entrada, saída e permanência no território brasileiro.

Fundamento Legal: Lei nº 6.815/1980 (Estatuto do Estrangeiro).

2) **Controle de Armas:** A Polícia Federal desempenha importante atribuição administrativa, como responsável pelo gerenciamento do Sistema Nacional de Armas – SINARM, executando atividades relacionadas ao registro, posse e comercialização de armas de fogo e munições. Essa atribuição limita e controla importante setor da atividade econômica e ainda o direito de propriedade dos cidadãos brasileiros.

Fundamento Legal: Lei nº 10.826/2003 (SINARM).

3) **Controle de Segurança Privada:** atribuição da Polícia Federal que define regras para o funcionamento dos serviços de segurança privada em estabelecimentos financeiros, bem como normas para constituição e funcionamento das empresas particulares que exploram serviços de vigilância e transporte de valores dentre outros.

Fundamento Legal: Lei nº 7.102/1983 e Lei nº 9.017/1995.

4) **Controle de Precursores Químicos:** Atribuição exercida pela Polícia Federal tendo por escopo principal controlar o uso de precursores químicos que possam ser utilizados para o preparo de substâncias entorpecentes, sendo importante atividade para o combate ao tráfico de drogas. Também aqui, se busca disciplinar e regulamentar atividade econômica relevante, estabelecendo normas de controle e fiscalização sobre produtos químicos.

Fundamento Legal: Lei nº 10.357/2001.

5) **Controle de Dignitários:** A execução em colaboração com as autoridades dos Estados, de medidas tendentes a assegurar a incolumidade física de Diplomatas e visitantes oficiais estrangeiros, bem como dos demais representantes dos Poderes da República, quando em missão oficial;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP)

6) **Controle de Identificação Criminal e Civil:** a coordenação e a interligação, no país dos serviços de identificação datiloscópica, civil e criminal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

7) Controle do Patrimônio da União: Cabe ao Departamento de Polícia Federal, inclusive mediante a ação policial necessária, coibir a turbacão e o esbulho possessórios dos bens e dos próprios da União e das entidades integrantes da Administração Pública Federal indireta.

Fundamento Legal: Lei nº 10.683/2003(organização da Presidência)

8) Estatística Criminal: A estatística judiciária criminal, a cargo do Instituto Nacional de Identificação tem por base os boletins individuais, que são parte integrante dos processos criminais.

Fundamento Legal: Código de Processo Penal.

9) Outros Serviços de Policiamento atribuídos à União: atribuição inerente ao Poder de Polícia da Administração Pública Federal.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964, art. 1º, letra “n”.

Talvez ainda possam ser incluídas nessa relação outras três atribuições:

10) Controle de Conflitos Fundiários: acompanhar inquéritos relacionados aos conflitos agrários ou fundiários e os deles decorrentes, quando se tratar de crime de competência federal, bem como prevenir e reprimir esses crimes. (Talvez se amolde melhor à POLÍCIA JUDICIÁRIA ?).

Fundamento Legal: Decreto nº 5.834/2004 (estrutura do MJ).

11) Representação Externa: a cooperação, com os serviços policiais relacionados com a criminalidade internacional, representando o país na OIPC - INTERPOL;

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

12) Apoio técnico a Estados e Distrito Federal: a prestação de assistência técnica e científica, de natureza policial aos Estados, Distrito Federal e Territórios, quando solicitada.

Fundamento Legal: Lei nº 4.483/1964 (Reorganizou DFSP).

Atribuições de polícia judiciária

No tocante às atribuições de **POLÍCIA JUDICIÁRIA**, em que exerce com exclusividade as atividades de Polícia Judiciária da União, a Constituição Federal, prevê que a Polícia Federal, de acordo com o art. 144 da Constituição Federal, destina-se a:

- Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas;
- Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social;
- Reprimir o contrabando e o descaminho;

- Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

1 – Apurar infrações penais em detrimento de Bens, Serviços e Interesses da União, suas entidades Autárquicas e Empresas Públicas; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	contra o patrimônio arqueológico
2	crimes na exploração de energia nuclear
3	praticado contra o meio ambiente
4	crimes falimentares
5	de representação caluniosa por improbidade administrativa
6	de responsabilidade contra o meio circulante
7	de trânsito
8	praticado com abuso de autoridade
9	praticado com abuso do poder econômico
10	praticado contra a criança e adolescente
11	praticado contra a economia popular
12	praticado contra a lei de parcelamento do solo urbano
13	praticado contra a ordem econômica
14	praticado contra a ordem tributária
15	praticado contra a propriedade industrial
16	praticado contra a propriedade intelectual
17	praticado contra as normas de licitações
18	praticado contra as normas de locação
19	praticado contra as relações de consumo
20	praticado contra criança e adolescente
21	praticado contra o mercado de capitais
22	praticado contra o sigilo bancário
23	praticado contra o sistema financeiro da habitação
24	praticado contra o sistema financeiro nacional
25	praticado para lavagem de dinheiro
26	praticado por organização criminosa
27	crimes previdenciários
28	de desvio de crédito e financiamento
29	de interceptação de comunicações
30	praticado contra a administração da justiça
31	praticado contra o serviço de radiodifusão
32	praticado contra os serviços de telecomunicações
33	praticado contra os serviços postais
34	Relacionados à situação jurídica do estrangeiro

2 – Apurar infrações penais contra a Ordem Política e Social; (lista exemplificativa)

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	crimes eleitorais
2	de deserção e engajamento
3	de discriminação
4	de genocídio
5	de responsabilidade
6	de tortura
7	de tráfico de tecidos, órgãos ou partes do corpo humano
8	praticado contra a liberdade de imprensa
9	praticado contra a organização do trabalho
10	praticado contra a segurança nacional, a ordem política e social
11	praticado contra comissão parlamentar de inquérito
12	praticados contra os índios
13	relacionados com arma de fogo
14	praticado contra a reforma agrária
15	praticado contra a biosegurança
16	praticado contra os direitos humanos
17	de terrorismo

3 - Reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins;

SEQ.	INFRAÇÃO PENAL
1	tráfico ilícito de drogas
2	Uso ilícito de drogas

2.1.2 Estruturação das ações

Dentro do PLANO PLURIANUAL – PPA - (lei nº 10.933/2004 alterada pela lei nº 11.318/2006) a Polícia Federal esta inserida no **MEGA-OBJETIVO III**, plano do atual governo, **Promoção e expansão da cidadania e fortalecimento da democracia.**

Atingir este objetivo pressupõe a superação do que o Governo chama de DESAFIOS. No caso da Polícia Federal ela contribui para a superação do desafio nº 28 do plano de governo, tendo como diretrizes de atuação para a polícia federal:

A - Garantir a segurança pública com a implementação de políticas públicas descentralizadas e integradas.

DIRETRIZES

1. Articulação das três esferas da Federação no desenvolvimento de ações de segurança pública, inclusive ampliando o sistema de inteligência;

2. Integração das políticas públicas voltadas para a redução da criminalidade e a prevenção da violência;
3. Prevenção e combate ao crime organizado, especialmente ao contrabando, ao narcotráfico, ao comércio ilegal de armas e à lavagem de dinheiro;
4. Implementação de programas de integração das polícias;
5. Adoção do policiamento comunitário;
6. Reestruturação dos sistemas penal e prisional, inclusive sob o ponto de vista da reinserção social do egresso;
7. Promoção da parceria com a sociedade civil na implementação e gestão das ações de segurança pública;
8. Prevenção ao uso de drogas lícitas e ilícitas;
9. Humanização das instituições e valorização dos profissionais de segurança pública;
10. Combate à impunidade;
11. Garantia da integridade de testemunhas e seus familiares.

B. Implementar uma nova gestão pública: ética, transparente, participativa, descentralizada, com controle social e orientada para o cidadão.

DIRETRIZES

1. Implementação de mecanismos de avaliação e de controle social das ações governamentais;
2. Melhoria da qualidade do gasto público mediante o aperfeiçoamento e integração dos sistemas de planejamento, orçamento, finanças, controle e avaliação;
3. Ampliação e fortalecimento da participação social na gestão pública, com ênfase no diálogo e na concertação com a sociedade;
4. Garantia da publicidade e da facilidade de acesso às informações e atos da gestão pública;
5. Aperfeiçoamento dos mecanismos de descentralização da gestão governamental, com ênfase em novas formas de articulação e na capacitação das equipes locais;
6. Garantia da qualidade dos dados e das informações, inclusive com a integração dos sistemas corporativos da União;
7. Implementação da contabilidade de custos e gerencial por programas;
8. Criação e aperfeiçoamento de controles gerenciais voltados para resultados da ação governamental;
9. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
10. Conscientização da sociedade quanto à responsabilidade comum sobre a coisa pública;
11. Combate à impunidade.

C. Combater a corrupção.

DIRETRIZES:

1. Fortalecimento das instituições de controle da administração pública;
2. Ampliação dos mecanismos de combate à improbidade administrativa;
3. Integração e coordenação de ações preventivas e coercitivas, no combate e na dissuasão da corrupção.

A efetivação da execução das atividades que contribuirão para alcance dos objetivos foi promovida pela institucionalização do Programa Combate à Criminalidade (0662), o qual abrange todas as ações consideradas necessárias ao cumprimento das atribuições do órgão, o qual conta também com outro programa de apoio: O Programa Modernização da Polícia Federal (1353) que tem a finalidade de proporcionar infra-estrutura e equipamentos de suporte a atividade-fim da instituição.

O Programa 0662 - Combate à Criminalidade, tem por objetivo intensificar o combate à criminalidade no País mediante o fortalecimento da repressão às organizações criminosas e das demais operações policiais de competência federal, buscando a integração permanente com os demais órgãos de segurança pública.

As principais ações destinadas a este objetivo são:

Ação nº 2680 - **Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro**, a qual tem a finalidade de combater o crime organizado em todas as suas modalidades, notadamente o tráfico ilícito de armas e de entorpecentes, o roubo de cargas e a lavagem de dinheiro, atuando de forma integrada com outros órgãos, como Forças Armadas, Receita Federal, Banco Central, Polícia Rodoviária Federal, Polícias Estaduais e outros.

Ação nº 2820 - **Operações de Caráter Sigiloso**, que tem a finalidade de planejar e executar operações de inteligência e de caráter sigiloso.

Ação nº 2726 - **Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União**, para o combate o contrabando e o descaminho, os crimes contra as propriedades intelectual e industrial (pirataria), os crimes cometidos por meio da rede mundial de computadores (cibernéticos), o tráfico de seres humanos, a exploração sexual infanto-juvenil e a pedofilia; reprimir o trabalho escravo; apurar conflitos agrários e fundiários; combater os crimes contra a previdência social, contra os direitos humanos, contra as comunidades indígenas e outros crimes contra bens, serviços e interesses da União, atuando de forma integrada com todas as áreas do Departamento e com os demais órgãos afins. Executar as medidas assecuratórias da incolumidade física de Representantes dos Poderes da República, Autoridades Brasileiras e Estrangeiras em visita ao Território Nacional. Fiscalizar e controlar as empresas de segurança privada em todo o país.

2.1.3 Realizações e principais resultados

A Superintendência Regional do DPF no Piauí é uma Unidade Descentralizada da estrutura do Departamento de Polícia Federal, a quem compete, nos termos do art. 25 do Regimento Interno do DPF, aprovado pela Portaria nº 1825, de 13.10.2006, do Ministério da Justiça, no âmbito de sua circunscrição, planejar, dirigir, coordenar, executar e controlar as atividades-fim do Departamento e administrar a unidade descentralizada em consonância com as normas legais vigentes e com as diretrizes emanadas das unidades centrais.

O cenário atual exige do aparelho governamental que sejam adotadas políticas públicas que assegurem a consolidação do exercício do direito de cidadania em benefício de cada membro da sociedade nacional. Nesse contexto, as responsabilidades institucionais do Departamento de Polícia Federal impõem o desafio de que seja prestado serviço de qualidade ao cidadão em cada unidade da federação em que se faz representar por suas Superintendências Regionais, Divisões ou Delegacias.

Fundamentada nessa visão, esta Superintendência Regional do DPF no Piauí durante todo o exercício de 2007 procurou, em sintonia com as orientações emanadas do órgão central, sem extrapolar a esfera de competência institucional do órgão, contribuir para a segurança pública dentro de sua área de circunscrição, em parceria com órgãos e instituições similares no âmbito do Estado, de forma a corresponder às expectativas da sociedade que clama por melhores e mais dignas condições de vida, em especial no que se refere ao quesito segurança.

3. Estratégia de atuação

Para a consecução dos objetivos propostos, em função de suas atribuições constitucionais, esta Superintendência Regional elaborou um plano de metas, como estratégia de atuação, algumas das quais foram atingidas parcialmente, sem contudo obscurecer o resultado das atividades do exercício, que, a nosso ver, no geral pode ser considerado satisfatório. Abaixo listamos as metas da atividade-fim, a justificativa de cada meta proposta, as ações desenvolvidas para alcançá-las, bem como os resultados obtidos.

Metas da Unidade

Meta 1: Igualar/superar o número de IPL's instaurados em 2006 (540).

Justificativa: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de operações, diligências, barreiras e atividades de inteligência policial, na área das diversas delegacias especializadas, visando possibilitar a redução dos índices de criminalidade na esfera de competência do DPF.

Resultados: Instauração de 480 IPLs, índice, portanto, inferior ao registrado no exercício anterior.

Meta 2: Igualar/superar o número de IPL's relatados em 2006 (502).

Justificativa: Exercer e garantir o controle da criminalidade no Brasil (relativo aos crimes cuja apuração é de atribuição da Polícia Federal).

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de operações, diligências, barreiras e atividades de inteligência policial, na área das diversas delegacias especializadas, visando possibilitar a redução dos índices de criminalidade na esfera de competência do DPF.

Resultados: Conclusão de 417 IPLs, índice também inferior ao registrado no exercício de 2006.

Meta 3: Executar o monitoramento e controle de tráfego aéreo nos Aeroportos de Teresina e de Parnaíba-PI.

Justificativa: Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Manutenção de uma Equipe de Policiais do Núcleo de Operações em plantão permanente no Aeroporto de Teresina e deslocamento de policiais da DELEMIG para a cidade de Parnaíba quando alguma companhia aérea inclui em sua programação a aterrissagem no Aeroporto daquela cidade de aeronaves em voo doméstico ou internacional.

Resultados: Prevenção/repressão de crimes de interesse da área de atuação da polícia aeroportuária do DPF.

Meta 4: Intensificar a fiscalização junto aos hotéis e pensões das principais cidades do Estado durante o período de temporada turística, de modo a comprovar a situação própria dos estrangeiros

Justificativa: Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não foram realizadas operações específicas relacionadas a esta meta.

Resultados: Não se aplica.

Meta 5: Incrementar o Serviço de Imigração na cidade de Parnaíba, tendo em vista a inauguração do Aeroporto Internacional daquela cidade.

Justificativa: Exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras de responsabilidade do DPF.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Manutenção dos serviços de expedição de passaportes e orientação ao público usuário desse serviço na Delegacia de Polícia Federal recém-instalada na cidade de Parnaíba/PI.

Resultados: Melhoria do atendimento ao público usuário desses serviços, que não mais precisam se deslocar à capital do Estado para tratar de assunto de interesse da polícia de imigração.

Meta 6: Intensificar o combate à fraude contra o sistema previdenciário em conjunto com o Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS.

Justificativa: Inibir as fraudes contra a previdência.

Ações desenvolvidas para o atingimento: buscou-se uma atuação conjunta com os órgãos da Previdência Social, em forma de força-tarefa.

Resultados: Instauração de alguns inquéritos para apuração de fraudes contra o sistema previdenciários.

Meta 7: Combater o contrabando e o descaminho nas principais rotas, principalmente àquelas em que transitam os ônibus de turismo advindos das cidades fronteiriças (Foz do Iguaçu/PR e outras).

Justificativa: Coibir o contrabando/descaminho de mercadorias oriundas de cidades fronteiriças.

Ações desenvolvidas para o atingimento: realização de barreiras e diligências policiais em área estratégicas da rota do contrabando.

Resultados: Instauração de 06 (seis) inquéritos tipificados nessa conduta criminosa.

Meta 8: Incrementar as operações de prevenção e/ou repressão aos crimes de falsificação de moeda, passaportes e outros documentos.

Justificativa: Coibir esses ilícitos e apurar infrações e instaurar os inquéritos aplicáveis.

Ações desenvolvidas para o atingimento:

Resultados: Instauração de 06 (seis) inquéritos nessa tipificação.

Meta 9: Implementar operações para conter a degradação do meio ambiente, devido ao garimpo clandestino (ex. município de Pedro II, dentre outros), prevenindo o abate, a captura, o transporte e o comércio de animais silvestres.

Justificativa: Cumprir o disposto na Lei nº 9.605/98. Grande incidência de crimes contra o meio ambiente e a fauna.

Ações desenvolvidas para o atingimento:

- Foi realizado no ano de 2007 o cumprimento de mandados de prisão e de busca e apreensão nas cidades de Corrente/PI e Formosa do Rio Preto/BA;
- Representação de mandados de quebra de sigilo telefônicos em inquérito relacionado a crimes de tráfico de animais silvestres;
- Realização de diligências no Sul do Piauí para averiguação de denúncia na imprensa local de exploração ilícita de diamantes;
- Investigação de denúncia de falsificação de ATPFs e exploração de minério de quartzito nos municípios de Castelo do Piauí e Juazeiro/PI;

- Realização de diligências em curtumes da cidade de Parnaíba juntamente com o IBAMA e Vigilância Sanitária daquele município, visando coibir a agressão ao meio ambiente.
- Instauração de inquérito relativo a importação de substâncias tóxicas, nocivas ao meio ambiente, sem a observância das normas legais (procedimento em andamento).

Resultados:

- Prisão de duas pessoas envolvidas em exploração ilícita de madeira nos municípios de Corrente/PI e Formosa do Rio Preto/BA;
- Indiciamentos em inquéritos já relatados de traficantes de animais silvestres;
- Instauração de inquérito relativo a exploração ilícita de diamantes no Sul do Piauí;
- Instauração de inquérito para apurar falsificação de ATPFs e exploração irregular de quartzito em Castelo do Piauí e Juazeiro/PI (procedimentos ainda em andamento);
- Coleta de material despejado em rio federal na região de Parnaíba (cloro) que estaria provocando mortandade de peixes por ação de curtumes.

Meta 10: Incrementar operações contra crimes praticados via internet, principalmente pedofilia e violação de direitos humanos.

Justificativa: Coibir o aumento da incidência de crimes por meio da rede mundial de computadores.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não foi registrada a ocorrência de crimes relacionados à pedofilia e violação de direitos humanos no exercício. No entanto foi deflagrada operação para desbaratamento de quadrilha interestadual especializada em furto de contas bancárias via internet.

Resultados: Prisão de 21 membros de quadrilha interestadual especializada em furto de contas bancárias via internet.

Meta 11: Incrementar ações de apoio ao INCRA, notadamente no que concerne às operações de combate à grilagem de terras da União.

Justificativa: Coibir os conflitos agrários e invasões de terras e prédios públicos.

Ações desenvolvidas para o atingimento: No exercício de 2007, não houve registro de denúncia de crimes relacionados a conflitos agrários em terras da União nem invasão de prédios públicos.

Resultados: Não se aplica.

Meta 12: Proceder a investigações no sentido de identificar o emprego irregular de recursos públicos destinados à reforma agrária.

Justificativa: Padronizar os procedimentos, referentes às investigações, mantendo intercâmbio com outras áreas envolvidas (INCRA, SFC).

Ações desenvolvidas para o atingimento: No exercício de 2007, também não foi registrada queixa de desvio de recursos públicos destinados à reforma agrária no estado do Piauí..

Resultados: Não se aplica

Meta 13: Desencadear operação “DESMATAMENTO RURAL”, que visa coibir o uso de armas de fogo nos conflitos agrários.

Justificativa: Coibir a presença de milícias armadas, contratadas por proprietários rurais, e/ou o uso de armas de fogo por invasores de terras.

Ações desenvolvidas para o atingimento: No exercício de 2007 não foram deflagradas operações específicas relacionadas a esta meta.

Resultados: Não se aplica.

Meta 14: Realizar operações de prevenção e repressão ao aliciamento, tráfico de mulheres e exploração de menores.

Justificativa: Apurar infrações penais contra a ordem social.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Nenhuma operação específica relacionada a esta meta foi realizada na circunscrição desta Superintendência Regional, no exercício de 2007.

Resultados: Não se aplica

Meta 15: Realizar as operações programadas para erradicação do trabalho escravo.

Justificativa: Apurar infrações penais contra a ordem social.

Ações desenvolvidas para o atingimento: No exercício de 2007 não foram deflagradas operações específicas relacionadas a esta meta.

Resultados: Não se aplica

Meta 16: Realizar as operações programadas de prevenção contra as ações de movimentos sociais contrários à ordem política e ao interesse público.

Justificativa: Apurar infrações penais contra a ordem política e social.

Ações desenvolvidas para o atingimento: No exercício de 2007 não foram deflagradas operações específicas relacionadas a esta meta.

Resultados: Não se aplica

Meta 17: Realizar exercícios simulados de apoderamento ilícito de aeronaves.

Justificativa: Capacitar policiais para atuação nesta área.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Exercício simulado de prevenção a incêndio e ameaça de bomba em aeronave.

Resultados: capacitação de policiais desta descentralizada para atuação em situação de risco no que se refere ao policiamento aeroportuário.

Meta 18: Igualar/superar as apreensões de entorpecentes de 2006 (+ou- 1.086,07Kg de substâncias entorpecentes).

Justificativa: Combater o tráfico ilícito de entorpecentes.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Foram realizadas diligências, barreiras e operações visando a repressão do tráfico e consumo de substâncias entorpecentes.

Resultados: Apreensão de 65,938 kg de cocaína (contra 26,965 kg apreendidas no ano de 2006, registrando-se um aumento significativo de 40%) e 864,992 kg de maconha, totalizando 930,93 Kg de substâncias entorpecentes.

Meta 19: Erradicar o plantio de maconha em diversas áreas do Estado e estados circunvizinhos.

Justificativa: Combater o plantio e o tráfico ilícito de maconha.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não foi realizada durante o exercício nenhuma operação específica relacionada à erradicação do plantio de maconha.

Resultados: Não se aplica

Meta 20: Implementar e executar programa de interdição do tráfico de drogas por via postal (VIP).

Justificativa: Atuar em centros de triagem, através de Força Tarefa, com a participação dos Correios e Secretaria da Receita Federal.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não há registro de ocorrência relacionada a esta meta.

Resultados: Não se aplica.

Meta 21: Intensificar as ações de fiscalização das atividades de produtos químicos.

Justificativa: Aumentar a fiscalização (atividade permanente).

Ações desenvolvidas para o atingimento: Fiscalização de empresas que desempenham atividades com a utilização de produtos químicos.

Resultados:

- Vistoria de empresas que manipulam produtos químicos em sua linha de produção;
- Aprovação de 18 cadastros de novas empresas;
- Renovação de 43 licenças;
- Apreensão de 300 kg de produtos químicos sólidos.

Meta 22: Incrementar as vistorias e fiscalizações junto às empresas especializadas em vigilância e segurança armada, orgânicas de vigilância, cursos de formação de vigilantes, instituições financeiras, em toda extensão Territorial do Piauí.

Justificativa: Necessidade de manter a fiscalização rotineiramente junto ao público alvo.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de operações em seis regiões do estado (Picos, Parnaíba, Luzilândia, Corrente, São Raimundo Nonato e Uruçuí), num total de 48 municípios atendidos, visando evitar a existência de empresas de segurança privada funcionando na clandestinidade.

Resultados:

- Vistoria de todas as empresas de segurança privada que operam no estado;
- Vistoria de estabelecimentos bancários nas regiões visitadas;
- Aumento do número de empresas credenciadas para executar o serviço de segurança privada, devido ao incremento no controle e fiscalização destas atividades.

Meta 23: Realizar operações regulares de prevenção e combate ao crime, por meio de barreiras policiais em estradas.

Justificativa: Prevenir e reprimir crimes contra os interesses da União, bem com infrações de repercussão interestadual.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de diversas barreiras em áreas estratégicas do estado.

Resultados: Apreensões de substâncias entorpecentes, contrabandos e outros bens utilizados em atividades ilícitas, conforme índices divulgados pelas diversas delegacias especializadas.

Meta 24: Programar operações policiais em conjunto com as Superintendências do Nordeste, principalmente, as de Estados fronteiriços como: Ceará, Maranhão, Pernambuco, Tocantins e Bahia.

Justificativa: Criar uma maior interação entre esta Superintendência e as co-irmãs do Nordeste, principalmente as fronteiriças

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização das operações Valáquia, Rapina com a participação de policiais de outras unidades do DPF de estados vizinhos.

Resultados: Desmantelamento de quadrilhas

Meta 25: Prestar apoio a operações de fiscalização da Agência de Telecomunicações, Delegacia Regional do Trabalho, Justiça Federal, Justiça Eleitoral, ANP, dentre outros, quando solicitado e obedecendo a disponibilidade técnica e de pessoal.

Justificativa: Atender aos ditames legais e institucionais, bem como as orientações da Direção – Geral do DPF, (meta permanente).

Ações desenvolvidas para o atingimento: Atendimento das requisições formuladas pelo órgãos acima indicados no que refere a apoio policial.

Resultados: Trabalho conjunto objetivando garantir o êxito das fiscalizações.

Meta 26: Prosseguimento das investigações sobre o “crime organizado” no Estado do Piauí, com ramificações outras unidades da federação.

Justificativa: Apoio às operações em conjunto entre esta Superintendência e a Polícia Civil do Estado do Piauí.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de operações policiais com participação das diversas delegacias especializadas desta Superintendência.

Resultados:

- Prisão de quadrilha interestadual especializada em furto de contas bancárias via internet, sendo 21 presos;
- Prisão de quadrilha interestadual de seqüestradores, sendo 06 presos;
- Prisão de organização criminosa que atuava sbtraindo recursos federais repassados às prefeituras do estado do Maranhão, sendo 29 presos. A SR/DPF/PI deu suporte à operação realizada pela SR/DPF/MA.

Meta 27: Realizar operações de combate a quadrilhas de roubo de cargas.

Justificativa: Coibir o furto/roubo de cargas e caminhões, na maioria das vezes com morte dos condutores.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não há registro de ocorrência relacionada a esta meta.

Resultados: Não se aplica.

Meta 28: Realizar operações para repressão aos crimes de lavagem de dinheiro e outros crimes financeiros.

Justificativa: Apurar infrações penais em detrimento de bens, serviços e interesses da união, autarquias e empresas públicas.

Ações desenvolvidas para o atingimento: Não foi registrada nenhuma ocorrência relacionada a apuração de crimes financeiros e lavagem de dinheiro.

Resultados: Não se aplica

Meta 29: Apreensão de armas de fogo irregulares

Justificativa: Tirar de circulação armas adquiridas irregularmente

Ações desenvolvidas para o atingimento: Realização de diligências afetas ao tráfico de armas de fogo no Piauí com instauração de respectivos inquéritos.

Resultados:

- 21 inquéritos instaurados;
- 74 indiciamentos;
- Apreensão armas de fogo e munições.

Análise sobre a execução das metas, necessidades, dificuldades, soluções:

As maiores dificuldades para a execução das metas, muitas das quais ambiciosas, esbarram sempre nos fatores insuficiência de recursos humanos e escassez de recursos financeiros.

É do conhecimento de toda a sociedade nacional que o país atravessa momentos de dificuldades econômico-financeiras, resultantes da conjuntura mundial globalizada, com reflexos diretos nas atividades do serviço público como um todo.

Nesse contexto fica prejudicada a contratação de recursos humanos tanto da atividade-fim quanto da atividade-meio em quantitativos ideais para suprir as demandas de cada unidade descentralizada.

De igual forma, não se pode esperar maiores resultados do serviço público quando, em razão da conjuntura, não se dá condições dignas de trabalho aos agentes públicos.

Via de regra, as limitações do orçamento descentralizado para o Departamento de Polícia Federal e, em especial para a Superintendência Regional do DPF no Piauí, têm dificultado que se dote esta unidade descentralizada de todas as condições materiais necessárias à consecução de suas atividades fim e meio.

É o caso, por exemplo, da falta de equipamentos de inteligência policial de última geração adequados aos avanços tecnológicos; necessidade de renovação do parque de informática; construção de nova sede para a Superintendência, vez que as atuais instalações não mais acomodam a contento todo o efetivo, aquisição de mobiliários diversos, dentre outros equipamentos.

É verdade que a Administração Central e as administrações regionais muito têm se esforçado para suprir as carências de cada unidade, mas nem sempre os investimentos realizados para o reaparelhamento do órgão policial acompanham os avanços da modernidade para fazer face às manifestações das condutas delituosas dos agentes da criminalidade.

Nesse sentido, alguns avanços foram registrados. No exercício de 2007, o Setor Técnico-Científico desta Superintendência Regional presenciou a conclusão das obras de implantação de sua Central de Gases e a instalação dos equipamentos adquiridos com recursos do PROMOTEC, em especial aqueles necessários às análises laboratoriais e aos exames em informática e material audiovisual.

Na área administrativa, pôde-se destacar a conclusão de procedimento licitatório para reforma e pintura geral do prédio (contrato em fase de execução), de modo a dotar as instalações físicas do edifício-sede, em Teresina, das condições mínimas de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais.

Na área de transportes, esta Superintendência recebeu, no presente exercício, 02 (duas) novas viaturas GM/CHEVROLET TIPO ASTRA, para utilização em seu serviço, com perspectiva do envio de 10 novos veículos de pequeno porte pelo órgão central, no início do exercício de 2008, corrigindo uma defasagem de quase dez anos sem renovação de sua frota.

No que se refere ao parque de informática e do sistema de telecomunicações, deve-se registrar a aquisição de 02 (duas) switches, objetivando a expansão da capacidade de armazenamento de dados da rede interna de computadores desta descentralizada e 01 (uma) central telefônica digital para atendimento de necessidade de serviço da Delegacia de Polícia Federal, em Parnaíba.

Outra grande realização administrativa do exercício de 2007 diz respeito à reforma e ampliação das instalações físicas da unidade de representação desta SR/DPF/PI na cidade de Parnaíba, em parceria com a Prefeitura daquele município, culminando com a transformação do Posto Avançado daquela cidade em Delegacia de Polícia Federal.

Ressalte-se que o aparelhamento da DPF/PHB não pôde ser realizado dentro do exercício em virtude da falta de verba orçamentária para investimento, providências que serão adotadas, na medida do possível, nos exercícios subsequentes.

Desta forma, a despeito das dificuldades que são muitas, as soluções encontradas pelo aparelho policial para atender aos reclames da sociedade nacional têm sido racionalizar, integrar e canalizar esforços para o atendimento das demandas das áreas mais críticas, onde a presença dos órgãos de segurança se faz indispensável.

Assim, unindo e concentrando esforços, o Poder Público vem, através das ações de governo na área de segurança, como nas demais áreas, procurando garantir o exercício do direito de cidadania tão reclamado pela sociedade pós-moderna.

Recursos Financeiros

O volume total de recursos movimentados por esta Unidade no exercício de 2007 com despesas de custeio e investimento foi da ordem de R\$ 3.384.458,73 (três milhões, trezentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e setenta e três centavos) assim distribuídos:

Elemento Despesa	Detalhamento da despesa	200390	200391	Total
33.90.14.14	Diárias no país	635.315,58	1.037.858,69	1.673.174,27
33.90.30.01	Combustíveis e lubrif. automotivos	129.465,04	27.278,79	156.743,83
33.90.30.04	Gases e outros materiais engarrafados	6.421,00	37,00	6.458,00
33.90.30.07	Gêneros alimentícios	2.107,50	545,03	2.652,53
33.90.30.09	Material Farmacológico	357,47	0,00	357,47
33.90.30.11	Material químico	26,00	0,00	26,00
33.90.30.16	Material de expediente	19.091,17	1.180,85	20.272,02
33.90.30.17	Material de processamento de dados	50.777,46	2.905,63	53.683,09
33.90.30.19	Mat. acondicionamento e embalagem	240,10	234,30	474,40
33.90.30.20	Material de cama, mesa e banho	182,60	0,00	182,60
33.90.30.21	Material de copa e cozinha	6.191,90	60,30	6.252,20
33.90.30.22	Material de limpeza e prod. higienização	178,91	189,54	368,45
33.90.30.23	Uniformes, tecidos e aviamentos	9.088,61	0,00	9.088,61
33.90.30.24	Mat. p/ manut. bens imóveis/instalações	684,30	607,28	1.291,58
33.90.30.25	Material p/ manut. de bens móveis	10.263,96	0,00	10.263,96
33.90.30.26	Material elétrico e eletrônico	1.669,91	1.968,33	3.638,24
33.90.30.27	Material de manobra e patrulhamento	0,00	83,66	83,66
33.90.30.29	Material p/ áudio, vídeo e foto	53,00	110,25	163,25
33.90.30.35	Material laboratorial	65,75	1.355,99	1.421,74
33.90.30.39	Material p/ manutenção de veículos	126.280,39	1.704,62	127.985,01
33.90.30.42	Ferramentas	3,00	51,80	54,80
33.90.30.45	Mat. técnico p/ seleção e treinamento	22,00	0,00	22,00
33.90.30.52	Material de caráter secreto ou reservado	0,00	6.521,90	6.521,90
33.90.33.01	Passagens para o país	257.848,71	4.892,36	262.741,07
33.90.36.18	Manutenção e conserv. de equipamentos	0,00	29,76	29,76
33.90.36.20	Manutenção e conservação de veículos	30,00	0,00	30,00
33.90.36.21	Manut. cons. bens mov. outras naturezas	325,00	95,00	420,00
33.90.36.22	Manut. e conservação de bens imóveis	655,00	270,00	925,00
33.90.36.24	Serviços de caráter secreto ou reservado	0,00	5.250,00	5.250,00
33.90.36.26	Serviços domésticos	60,00	0,00	60,00
33.90.36.39	Fretes e transp. de encomendas	120,00	0,00	120,00
33.90.36.59	Serviços de áudio, vídeo e fotos	145,00	0,00	145,00
33.90.37.02	Loc. mão-de-obra limpeza e conservação	98.895,00	0,00	98.895,00
33.90.37.03	Loc. mão-de-obra vigilância ostensiva	254.520,00	0,00	254.520,00

33.90.39.01	Assinatura de periódicos e anuidades	3.030,00	0,00	3.030,00
33.90.39.08	Manutenção de software	7.831,40	0,00	7.831,40
33.90.39.16	Manutenção e conserv. de bens imóveis	3.779,00	650,50	4.429,50
33.90.39.17	Manut. e conserv. máq. e equipamentos	23.010,51	370,00	23.380,51
33.90.39.19	Manutenção e conservação de veículos	27.120,16	316,20	27.436,36
33.90.39.20	Manut. cons. bens mov. outras naturezas	180,00	255,00	435,00
33.90.39.22	Exposições, congressos e conferências	0,00	186,70	186,70
33.90.39.42	Serviços de caráter secreto ou reservado	0,00	2.720,00	2.720,00
33.90.39.43	Serviços de energia elétrica	251.147,23	0,00	251.147,23
33.90.39.44	Serviços de água e esgoto	24.289,74	0,00	24.289,74
33.90.39.47	Serviços de comunicação em geral	16.136,02	0,00	16.136,02
33.90.39.49	Produções jornalísticas	200,00	0,00	200,00
33.90.39.57	Serviços de processamento de dados	51.000,00	0,00	51.000,00
33.90.39.58	Serviços de telecomunicações	317.737,86	0,00	317.737,86
33.90.39.63	Serviços gráficos e editoriais	5.546,00	204,00	5.750,00
33.90.39.69	Seguros em geral	5.240,68	0,00	5.240,68
33.90.39.83	Serviços de cópias e reprod. documentos	3.487,41	77,00	3.564,41
44.90.52.04	Aparelhos de Medição e Orientação	630,00	0,00	630,00
44.90.52.06	Aparelhos e Equip. de Comunicação	7.900,00	0,00	7.900,00
44.90.52.08	Apar.Equio.Utens.Med.,Odont,Labor.Hospit.	0,00	6.400,00	6.400,00
44.90.52.30	Máquinas e equipamentos energéticos	0,00	7.190,00	7.190,00
44.90.52.35	Equipamentos de Processamentos de Dados	6.199,00	0,00	6.199,00
TOTAIS				3.384.458,73

I. Relação de Bens e Serviços adquiridos por Dispensa de Licitação (sem contrato):

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
027/2006	Companhia Energética do Piauí S/A	Fornecimento de energia elétrica a esta SR/DPF/PI durante o exercício de 2007.	251.147,23
031/2006	GLOBALSTAR do Brasil S/A	Fonecimento de telefonia móvel via satélite para atender as necessidades desta SR/DPF/PI, durante o exercício de 2007.	2.437,68
034/2006	TIM NORDESTE S/A	Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal – SMP para atender as necessidades desta SR/DPF/PI, durante o exercício de 2007.	18.784,60
002/2007	Francisco Rocha Comércio	Aquisição de copos descartáveis, aplicação água e café.	6.165,00

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
003/2007	O Dia Agência Ltda	Confecção de envelopes pardos tamanho médio com timbre.	2.070,00
	Matos e Carvalho Ltda	Confecção de formulários Autorização para uso de viaturas e Fichas de prateleira.	328,00
	Gráfica e Editora do Povo Ltda	Confecção de envelopes brancos com timbre, tamanho ofício; envelopes pardos tamanho pequeno com timbre; envelopes pardos tamanho grande com timbre; capas para processo com timbre e Formulários em papel A-4, gramatura 90, para laudos periciais.	2.965,00
004/2007	MATEC – Mat. Elétrica e Const.Ltda	Aquisição de lâmpadas fluorscente e incadescente	568,75
005/2007	Araújo e Vilela Ltda	Aquisição de cartuchos de tinta impressoras HP ref. C6628-A, 51629-G e 51649-N.	1.984,34
	V & M Informática Ltda	Aquisição de cartuchos de tinta impressoras Epson ref. TO18311.	174,98
	J. F. Ferreira – Informática ME	Aquisição de cartuchos de tinta impressoras HP ref. C1823-T.	268,80
006/2007	Infranet Telecomunicações Ltda	Prestação dos serviços de substituição dos pára-raios de linha da sub-estação da SR, instalação de refletores na fachada externa e recuperação das placas de identificação (Brasão do DPF e da República) localizadas em frente ao prédio desta Descentralizada.	1.818,00
007/2007	F. P. RICARTE PINHO – ME	Serviço de recarga de extintores.	1.343,00
009/2007	Brasoftware Informática Ltda	Renovação da licença (solução corporativa de antivírus) do software utilizado pela rede interna de computadores desta SR/DPF/PI.	7.831,40

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
010/2007	Fundo de Imprensa Nacional – FUNIN	Serviço de publicação de extratos de documentos na Imprensa Oficial (Diário Oficial da União), durante o exercício de 2007.	8.543,20
011/2007	Departamento Estadual de Trânsito – DETRAN/PI.	Serviço de emplacamento e pagamento de taxas e seguros das viaturas desta SR/DPF/PI, durante o exercício de 2007.	2.639,53
013/2007	BRADESCO AUTO/RE COMP. DE SEGUROS	Renovação do seguro do prédio desta SR/DPF/PI, em Teresina/PI.	2.601,15
016/2007	SUPRIFORMS - SUPRIMENTOS E FORMULÁRIOS P/ INFO. LTDA	Aquisição de três cartuchos de toner para impressora HP 4500, ref. Kit Tambor C4195A.	906,00
017/2007	MARKO COM. E SERV. LTDA	Aquisição de um servidor de impressão para o SETEC/SR/DPF/PI.	359,00
	SIGHT RENT COM. E SERV. LTDA	Aquisição de um equipamento GPS.	630,00
018/2007	GRÁFICA E EDIT. O POVO LTDA	Assinatura do jornal “Diário do Povo”, por um período de doze meses.	960,00
	O DIA AGÊNCIA LTDA	Assinatura do jornal “O Dia”, por um período de doze meses.	960,00
	SISTEMA MEIO NORTE DE COMUNICAÇÃO LTDA	Assinatura do jornal “Meio Norte” por um período de doze meses.	960,00

II. Relação de serviços fornecidos por Inexibilidade (sem contrato)

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
001/2006	Águas e Esgotos do Piauí S/A	Fornecimento de água tratada, no interesse desta Superintendência, durante o exercício de 2007.	24.289,74

III. Bens e Serviços fornecidos na modalidade Pregão (sem contrato)

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
001/2007	Tecpel Comércio e Indústria Ltda	Aquisição de material de expediente	9.765,00
	Shoppinggrafica Ltda	Aquisição de material de expediente	1.854,00
	Maxim Qualitta Comércio Ltda	Aquisição de material de expediente	87,00
	CR Distribuidora de Produtos Gerais Ltda	Aquisição de material de expediente	181,00
	Klips Papelaria e Informática Ltda	Aquisição de material de expediente	415,68
	Sílvia Pinto Vilarinho ME	Aquisição de material de expediente	175,00
	Ripel Comércio de Papéis e Material de Escritório	Aquisição de material de expediente	509,96
	Hélio Masashi Saito & Cia Ltda	Aquisição de material de expediente.	2.836,44
002/2007	White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A	Aquisição de cilindros (vasilhames) de gases	6.400,00
	White Martins Gases Industriais do Nordeste S/A	Aquisição de cargas de gases hidrogênio, hélio, nitrogênio e ar sintético.	6.421,00
004/2007	Curinga dos Pneus Ltda	Aquisição de pneus	23.094,00
	CR Distribuidora de Produtos Gerais Ltda	Aquisição de pneus	8.134,00

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
005/2007	Abensul Telecomunicações e Informática Ltda – EPP	Aquisição de uma central telefônica	7.900,00
	L.D.R. Soluções Ltda	Aquisição de material de informática	5.840,00
	GRBS Comércio e Assessoria em Informática	Aquisição de material de informática	2.600,00
	Beltec do Brasil Comercial Ltda	Aquisição de material de informática	2.158,00
	On-Line Equipamentos e Distribuidora de Informática Ltda	Aquisição de material de informática	239,89
	Athena Comercial de Suprimentos para Escritório Ltda	Aquisição de 10 fontes de alimentação ATX.	1.290,00

IV. Contratos Firmados para fornecimento de bens e serviços.

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
001/2007	Primeira Classe Viagens e Turismo Ltda	Fornecimento de passagens aéreas durante o exercício de 2007.	255.293,71
002/2007	Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A - Embratel	Prestação do serviço de telefonia fixa comutada local – PABX, durante o exercício de 2007.	159.791,22
003/2007	Federal Tecnologia Desenvolvimento de Software Ltda	Consultoria, suporte técnico, manutenção preventiva e corretiva do sistema SisSoft-2002 – versão Sombra, durante o exercício de 2007.	54.000,00
004/2007	Telemar Norte Leste S/A	Prestação do serviço de telefonia fixa comutada local – Linhas Diretas, durante o exercício de 2007.	58.978,76

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
005/2007	V. Machado & Cia Ltda	Fornecimento de combustíveis automotivos ao Posto Avançado desta SR/DPF/PI em Parnaíba/PI, durante o exercício de 2007.	41.127,77
006/2007	C. N. Petróleo Ltda	Fornecimento de combustíveis automotivos à sede desta SR/DPF/PI em Teresina/PI, durante o exercício de 2007.	88.297,27
007/2007	M. C. S. Salsa Ltda	Fornecimento de água mineral natural em garrações de 20 litros, à sede desta SR/DPF/PI, em Teresina/PI, durante o exercício de 2007.	2.107,50
008/2007	Comercial Equip Ltda	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva de duas máquinas fotocopadoras de marca Toshiba, durante o exercício de 2007.	6.653,96
009/2007	Amorim & Costa Ltda – ME	Fornecimento de carimbos a esta SR/DPF/PI, durante o exercício de 2007.	2.985,50
010/2007	Havaí Comércio e Serviços Ltda	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva nos aparelhos refrigeradores de ar e de água desta SR/DPF/PI, durante o exercício de 2007.	11.961,51
011/2007	Agostinho Coelho de Brito	Prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva dos veículos desta SR/DPF/PI, incluindo o fornecimento de todo o material necessário à execução contratual, durante o exercício de 2007.	122.097,55

V. Contratos prorrogados que tiveram vigência em 2007:

Nº	FAVORECIDO	OBJETO	VALOR R\$
001/2003 (4ºTA)	EMBRATEL	Telefonia Fixa Comutada Longa Distância	80.183,28
002/2003 (4º TA)	Spread Teleinformática Ltda	Manutenção preventiva e corretiva da central telefônica.	10.894,00
005/2004 (3º TA)	Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos	Serviços postais e telemáticos.	13.518,34
003/2006 (1º TA)	Havaí Comércio e Serviços Gerais Ltda	Serviços de Limpeza.	98.895,00
007/2006 (1º TA)	VIG Vigilância Ltda	Serviços de Vigilância Armada.	254.520,00

VI. Contratos de locação de mão-de-obra:

ITEM	Nº DO CONTRATO	OBJETO	VALOR DO CONTRATO
1	003/2006	Prestação dos serviços de limpeza e conservação das instalações físicas da SR/DPF/PI em Teresina e Parnaíba/PI. Quantidade de empregados: 09(nove) serventes de limpeza.	R\$ 98.895,00
2	007/2006	Prestação dos serviços de vigilância armada e segurança das instalações físicas da SR/DPF/PI em Teresina e Parnaíba/PI. Quantidade de empregados: 12(doze) vigilantes.	R\$ 254.520,00
TOTAL			R\$ 353.415,00

OBS: Os Contratos de locação de mão-de-obra no âmbito desta Unidade se restringiram, no exercício, à terceirização dos serviços de limpeza e conservação e vigilância ostensiva das instalações físicas da sede, em Teresina, e da Delegacia de Polícia Federal instaladas na cidade de Parnaíba/PI.

VII. RESTOS A PAGAR

UG/GESTAO: 200390/00001 FONTE: 0100

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE900003	V MACHADO ' CIA LTDA	1.498,31
2007NE900004	C.N. PETROLEO LTDA	11.910,58

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE900010	SPREAD TELEINFORMATICA LTDA	838,00
2007NE900011	FUNDODEIMPrensa NACIONAL/EXEC. ORC	2.204,80
2007NE900015	GLOBALSTAR DO BRASIL S/A	1.073,78
007NE900017	TELEMAR NORTE LESTE S/A	3.031,03
007NE900018	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	14.771,65
2007NE900019	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	4.305,15
2007NE900035	COMERCIAL EQUIP LTDA.	290,00
2007NE900056	HAVAI COMERCIO E SERVICOS GERAIS LTD	7.090,00
2007NE900225	TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A	838,48
2007NE900231	INFRANET TELECOMUNICACOES LTDA	1.818,00
2007NE900256	CURINGA DOS PNEUS LTDA	5.634,00
2007NE900257	CR DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS GERAIS	2.324,00
2007NE900394	L.D.R. SOLUCOES LTDA	5.840,00
2007NE900395	ATHENA COMERCIAL DE SUPRIMENTOS PARA	1.290,00
2007NE900396	BELTEC DO BRASIL COMERCIAL LTDA	2.158,00
2007NE900397	ON LINE EQUIPAMENTOS E DISTRIBUIDORA	239,89
2007NE900398	GRBS - COMERCIO E ASSESSORIA EM INFO	2.600,00
TOTAIS		69.755,67

UG/GESTAO: 200390/00001 FONTE: 0300

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE900416	1A CLASSE VIAGENS E TURISMO LTDA	8.329,52
2007NE900419	SPREAD TELEINFORMATICA LTDA	838,00
2007NE900424	FUNDO DE IMPrensa NACIONAL/EXEC. ORC.	2.000,00
2007NE900425	CURINGA DOS PNEUS LTDA	8.012,00
2007NE900428	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	32.000,00
2007NE900429	EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACO	20.000,00
2007NE900430	TELEMAR NORTE LESTE S/A	9.000,00
2007NE900431	TIM NORDESTE TELECOMUNICACOES S/A	4.000,00
TOTAL		84.179,52

UG/GESTAO: 200391/00001 FONTE: 0374020227

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE900065	M. A. G. & SERVICOS GERAIS LTDA	203.702,67

UG/GESTAO: 200391/00001 FONTE: 0148001385

EMPENHO	CREDOR	VALOR
2007NE900063	ATHENA COMERCIAL DE SUPRIMENTOS PARA	7.190,00

Recursos Humanos

Distribuição dos recursos humanos pelas unidades administrativas.

UNIDADE	CARGOS							
	DPF	PCF	EPF	APF	PPF	ADM	TERCEIRIZADOS	ESTAGIÁRIOS
GABINETE SR/DPF/PI	3	-	-	2	-	4	-	-
NÚCLEO DE INTELIGÊNCIA POLICIAL - NIP	1	-	1	3	-	1	-	-
NÚCLEO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO - NTI	-	-	-	-	-	7	-	-
SETOR DE RECURSOS HUMANOS - SRH	-	-	-	-	-	10	-	-
SETOR TÉCNICO-CIENTÍFICO - SETEC	-	13	-	-	3	3	-	-
SETOR DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA POLICIAL – SELOG	-	-	-	-	-	20	-	-
DELEGACIA REGIONAL EXECUTIVA - DREX	9	-	9	66	-	7	-	-
DELEGACIA REGIONAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO - DRCOR	4	-	3	10	-	1	-	-
DPF/PHB/PI	2	-	3	17	1	2	-	-
CORREGEDORIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL - COR	2	-	4	2	-	2	-	-
TOTAL	21	13	20	100	4	57	-	-

Na área de recursos humanos a realidade do DPF é semelhante em todo o país. A demanda dos serviços das atividades fim e meio é sempre superior ao quantitativo dos servidores disponíveis para o atendimento em condições ideais.

No caso específico desta Superintendência Regional temos uma lotação favorável de delegados e peritos, no entanto os demais cargos da carreira policial, em especial agentes e escrivães, têm lotação inferior à demanda. O mesmo pode ser afirmado em relação ao Plano Especial de Cargos.

No sentido de corrigir essa distorção, várias gestões têm sido feitas junto à Divisão de Gestão de Pessoal - DGP/DPF, objetivando a lotação de novos policiais egressos dos cursos de formação da Academia Nacional de Polícia, assim como a viabilização de concurso para contratação de novos servidores do Plano Especial de Cargos.

Com a criação da Delegacia de Polícia Federal em Parnaíba e a conseqüente lotação definitiva de servidores policiais e administrativos, não mais se fez necessário o deslocamento de servidores para atendimento das demandas do Posto Avançado, antes em funcionamento naquela cidade. Isso possibilitou a utilização dos policiais e administrativos que prestavam serviço naquela representação em outras atividades da esfera de competência desta Regional, sobretudo na sede e em outras regiões da circunscrição desta Superintendência.

Mesmo assim, considerando a necessidade de atuação em todo o território da circunscrição desta unidade descentralizada, permanece a necessidade de reforço do contingente de policiais e administrativos da sede, em Teresina, necessidade que esperamos ver atendida no exercício de 2008.

4. Desempenho operacional

Reconhecendo as dificuldades e a necessidade de incorporação de muitas variáveis para definição de indicadores, visando a avaliação de qualquer instituição policial, uma vez que fatores diversos concorrem para o crescimento ou declínio da criminalidade, a Superintendência Regional do Departamento de Polícia Federal no Piauí, na falta de indicadores de desempenho mais adequados para a medição relativa do crescimento ou declínio da criminalidade no âmbito de sua circunscrição, adotou como parâmetro para acompanhamento e análise dos resultados de suas atividades os dados estatísticos relativos a:

- a) Inquéritos instaurados e relatados por ano;
- b) passaportes expedidos por ano;
- c) carteiras de estrangeiros expedidas por ano;
- d) deportações realizadas por ano;
- e) expulsões realizadas por ano;
- f) repatriações realizadas por ano;
- g) extradições realizadas por ano;
- h) certificados de segurança emitidos por ano;
- i) carteiras de vigilantes expedidas por ano;
- j) vistorias realizadas por ano;
- k) tipos e quantidades de drogas apreendidas por ano - Kg / ano;
- l) produtos químicos apreendidos (líquidos e sólidos)
- m) laudos emitidos por ano;
- n) tipos e quantidades de bens apreendidos por ano;
- o) operações realizadas por ano;
- p) relatório de inteligência;
- q) registros de armas expedidos;
- r) portes de armas expedidos; e
- s) armas arrecadadas.

4.1 VINCULAÇÃO DAS REALIZAÇÕES DA UNIDADE COM O PLANO PLURIANUAL

4.1.1 Ação nº 2726 - Prevenção e Repressão a Crimes Praticados contra Bens, Serviços e Interesses da União

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 1.008.817,17 (um milhão, oito mil, oitocentos e dezessete reais e dezessete centavos).

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Setor Técnico-Científico – SETEC

Quadro de Laudos Emitidos

TIPO DE LAUDO	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Contábil Econômico Financeiro	-	3	02	15	12
Balística forense	-	193	182	18	20

	QUANTIDADE				
Documentoscopia (papel-moeda e outros)	-	109	178	102	75
Merceológico	-	21	43	31	05
Entorpecentes e Psicotrópicos *	-	104	129	-	-
Laboratório (Explosivos e Outros)	-	1	02	174	186
Exames técnicos em obras (engenharia)	-	5	01	14	14
Local de crime	-	11	13	13	10
Material de Informática	-	7	38	12	35
Material audiovisual e eletroeletrônico	-	43	115	25	12
Constatação de Dano ambiental	-	5	-	3	03
Veículos	-	-	16	13	27
Papiloscópicas.	-	-	-	24	15
Diversos	-	34	-	-	-
TOTAL	-	536	719	444	414

* Relativo à ação de combate ao crime organizado.

Os dados referentes a 2003 não puderam ser levantados.

Núcleo de Inteligência Policial – NIP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Participação na Operação Valáquia desencadeada pela DELEPAT/SR/DPF/PI	Piauí/Maranhão	Repressão a crimes praticados por hackers	Prisão de 21 agentes criminosos	S
Participação na Operação Rapina	Maranhão	Apurar crimes de desvio de verbas públicas	-	
Participação na Operação Wood Stock	Minas Gerais	Repressão a crimes ambientais	-	
Operação Gabarito	Ceará	Apoiar a SR/DPF/CE	-	

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

Índices mínimos

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Informe policial	12	2	-	-	-
Relatório de Inteligência	-	2	14	3	17
Resenha	13	1	-	-	-
Comunicação policial	13	-	-	-	-

Polícia de Imigração – DELEMIG

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
				N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Não houve ocorrência de operações na área de imigrações.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Passaportes expedidos	-	1.512	2.109	2.517	(*) 1.907
Extradições	-	-	-	-	-
Carteiras de estrangeiros	-	35	65	120	92
Deportações	-	-	-	-	-
Expulsões	-	-	-	-	-
Repatriações	-	-	-	-	-
Registros de estrangeiros	-	30	46	56	46

OBS: Os dados relativos ao exercício de 2003 não foram levantados.

(*) O índice considera apenas os passaportes emitidos no modelo antigo. A partir de 03/08/2007 a DELEMIG/PI passou a emitir o passaporte modelo eletrônico cujo controle está a cargo da Divisão de Passaporte – DPAS/CGPI/DPF.

Repressão a Crimes Previdenciários – DELEPREV

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
-	-	-	-	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Em 2007 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia de de Combate aos Crimes Previdenciários. Houve, sim, participação em operações desencadeadas por outras especializadas desta Superintendência Regional do DPF no Piauí.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Quantidade de IPL's instaurados	-	49	50	23	88
Quantidade de IPL's relatados	-	33	33	06	19
Quantidade de IPL's em andamento	-	43	92	30	90

OBS: O titular da DELEPREV atuou durante o exercício de 2007 na presidência de inquéritos de diversas naturezas, com matérias afetas a outras especialidades.

Atualmente, a Delegacia conta em sua lotação com apenas o delegado titular. Não há disponibilidade de agentes nem de escrivães, o que tem dificultado a atuação desta especializada. Não obstante, buscou-se uma atuação junto aos órgãos da Previdência Social (força-tarefa), contudo, em função das circunstâncias decorrentes da escassez de recursos humanos, foram baixos os índices de atividades relacionadas à apuração de fraudes na concessão e pagamento de benefícios previdenciários no Estado.

Repressão a Crimes Fazendários - DELEFAZ

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Em 2007 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia. Houve, sim, participação em operações desencadeadas por outras especializadas desta Superintendência Regional do DPF no Piauí, além de barreiras e diligências de rotina.

Os trabalhos desta especializada resultaram na apreensão de 01 (uma) motocicleta de 125CC; 40 cartuchos calibre 5.56mm; 01 (uma) máquina caça-níquel; 437 pacotes de cigarro; 144 cédulas de R\$ 50,00 (cinquenta reais); 11 cédulas de R\$ 20,00 (vinte reais); 5 cédulas de R\$ 10,00 (dez reais) e 23 cédulas de R\$ 5,00 (cinco reais).

Índices

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
	Tipo	Crime		
01	Art. 334 (C.P.B)	Contrabando ou Descaminho	06	1,51
02	Art. 171 (C.P.B)	Estelionato	68	17,21
03	Art.289 (C.P.B)	Moeda Falsa	06	1,51
04	Lei nº 8.137/90	Ordem Tributária	12	3,03

ITEM	TIPIFICAÇÃO		Quantidade	Percentual
05	Art. 157 (C.P.B)	Roubo	6	1,51
06	Lei nº 7.492/86	Sistema Financeiro Nacional	16	4,05
07	Art. 155 (C.P.B)	Furto	32	8,10
08	Lei nº 9.605/98	Meio Ambiente	9	2,27
09	Art. 299 (C.P.B)	Falsidade Ideológica	17	4,30
10	Art. 304 (C.P.B)	Uso de Documento Falso	9	2,27
11	Lei nº 9.472/97	Serviços de Telecomunicações	10	2,53
12	Art. 312 (C.P.B)	Peculato	19	4,81
13	Art. 297 (C.P.B)	Falsificação de Documento Público	3	0,76
14	Art. 168 (C.P.B)	Apropriação Indébita	11	2,78
15	Lei nº 4.117/62	Telecomunicações	25	6,32
16	Art.342 (C.P.B)	Falso Testemunho	4	1,01
17	Art. 293 (C.P.B)	Falsificação de Papéis Públicos	3	0,76
18	Outros	Diversos	139	35,27
TOTAL			395	100

Defesa Institucional - DELINST

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
-	-	-	-	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Em 2007 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia de Defesa Institucional. Houve, sim, participação em operações desencadeadas por outras especializadas desta Superintendência Regional do DPF no Piauí.

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Segurança de Dignitários	-	-	08	10	19
Proteção de testemunhas	-	-	-	-	-

	QUANTIDADE				
ameaçadas				30	24
Registros de arma expedidos	-	20	440	372	607
Portes de arma expedidos	-	01	02	10	02
Armas arrecadadas	-	1.702	-	-	-

OBS: As missões de segurança de dignitários foram realizadas com policiais lotados no Núcleo de Operações desta SR/DPF/PI.

As missões de proteção a testemunhas ameaçadas foram realizadas em Brasília, por solicitação da DDH, também com a participação de policiais lotados no NO/SR/DPF/PI.

Controle de Segurança Privada - DELESP

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Realização de missões policiais de interesse da DELESP em 6 (seis) micro-regiões do Estado do Piauí.	1. Picos/PI; 2. Parnaíba/PI; 3. Luzilândia /PI; 4. Corrente/PI; 5. São Raimundo Nonato/PI; e 6. Uruçuí/PI.	Vistoriar bancos e observar a existência de empresas clandestinas	Vistoria realizada em todas as empresas de segurança privada e instituições bancárias das áreas visitadas	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

ÍNDICES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
Aplicação de multas por ano	-	-	-	-	-
Certificados emitidos por ano	09	09	17	79	80
Carteiras de vigilantes expedidas por ano	460	82	1.196	605	666
Certificados de vigilantes registrados	-	-	3.313	3.081	3.916
Vistorias realizadas por ano	224	233	217	178	65
Autorização de funcionamento empresas especializadas	09	09	23	-	11
Autorização de funcionamento empresas orgânicas	16	18	-	-	22
Planos de segurança bancária / expedição de portarias	158	159	-	-	159

Delegacia nos Aeroportos Internacionais - DEAIN

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
				N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Esta unidade não dispõe de Delegacia instalada em aeroportos. Apenas um posto de serviço com plantão permanente de policiais federais para repressão a crimes de polícia aeroportuária, nos limites da competência do Departamento de Polícia Federal.

Repressão a Crimes Contra o Meio-Ambiente e Patrimônio Histórico – DELEMAPH

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
				N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Análise Crítica:

Apesar dos baixos índices de ocorrências, esta unidade não descuidou das atividades de repressão aos crimes praticados contra bens, serviços e interesses da União. Embora nenhuma operação de grande vulto tenha sido realizada, os serviços de rotina permitiram, por vezes, em atuação conjunta com outros órgãos federais, garantir a integridade dos bens e patrimônio, bem como a manutenção dos serviços e interesses da União em momentos de crise, quer em função da ação maléfica de agentes da criminalidade quer em função de movimentos contra a ordem social vigente.

As estatísticas da Delegacia de Repressão aos Crimes Previdenciários registram a instauração de 88 inquéritos no exercício de 2007, alguns dos quais relacionados especificamente a apuração de fraudes na concessão e pagamento de benefícios previdenciários.

Na área da Delegacia de Defesa Institucional, houve participação em 19 missões de segurança de dignitários com a participação de policiais lotados no Núcleo de Operações desta SR/DPF/PI e em missões de proteção a 24 testemunhas ameaçadas, realizadas em Brasília, por solicitação da DDH, também com a participação de policiais lotados no NO/SR/DPF/PI. Foi ainda contabilizada no exercício a expedição de 607 registros de arma de fogo.

No que se refere ao controle da segurança privada, foram realizadas operações de fiscalização em seis regiões do Estado, atendendo a um total de 48 municípios, resultando na vistoria de todas as empresas de segurança privada que operam no Piauí, além dos estabelecimentos bancários.

As estatísticas da Delegacia de Controle de Segurança Privada registram a expedição de 666 carteiras de vigilantes; o registro de 3.916 certificados de realização do curso de

vigilante; emissão de 65 certificados de vistoria, 15 certificados de segurança; 22 autorizações de funcionamento de empresas orgânicas; 11 autorizações de funcionamento de empresas especializadas e arrecadação de R\$ 248.465,16 (duzentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e sessenta e cinco reais e dezesseis centavos) em receitas do FUNAPOL.

É, também, digno de registro a atuação da Delegacia de Repressão a Crimes Fazendários – DELEFAZ, que no exercício de 2007 teve um bom desempenho em relação aos anos anteriores. Foi instaurado o total de 395 inquéritos, entre os quais 68 tipificados como estelionato, 32 por furto; 25 na área de telecomunicações; 19 por peculato; 17 por falsidade ideológica e 12 contra a ordem tributária, dentre outros.

Ainda na área de competência da DELEFAZ foram apreendidos 01 (uma) motocicleta; 40 cartuchos calibre 5,56mm; 01 (uma) máquina caça-níquel; 437 pacotes de cigarros; 144 cédulas falsas de R\$ 50,00; 11 cédulas falsas de R\$ 20,00; 5 cédulas falsas de R\$ 10,00 e 23 cédulas falsas de 5,00.

4.1.2 Ação nº 2860 - Combate ao Crime Organizado, ao Tráfico Ilícito de Drogas e Armas e à Lavagem de Dinheiro.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00

Não foram descentralizados créditos específicos para esta ação no exercício, não obstante tal circunstância não impediu de toda a realização de atividades afins.

Atividades desenvolvidas no âmbito da Ação.

Repressão a Crimes Financeiros – DELEFIN

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

OBS: Não houve no exercício de 2007 nenhuma investigação objetivando a apuração de crimes financeiros e lavagem de dinheiro. Vale acrescentar que em razão da escassez de recursos humanos na estrutura desta Superintendência ainda não foi criada a Delegacia de Repressão a Crimes Financeiros.

Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas – DELEARM

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Atividades de combate ao tráfico de armas e participação em proce-	Piauí	Repressão à comercialização e utilização de	21 IPLs instaurados, 27 IPLs em andamento, 32	

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
dimentos referentes a outras condutas delituosas da área de outras especializadas.		armas ilícitas, dentre outras condutas criminosas.	IPLs relatados e 74 indiciados, incluindo os da atividade própria desta Delegacia.	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N – Não

OBS: Em 2007 não foram desencadeadas operações específicas da área de atuação desta Delegacia de Repressão ao Tráfico Ilícito de Armas. Houve, sim, participação em operações desencadeadas por outras especializadas desta Superintendência Regional do DPF no Piauí e a realização de diligências de rotina na área de competência desta especializada.

Quantidade de armas apreendidas

TIPO (pistola, revolver, fuzil, etc)	CALIBRE	QUANTIDADE
Pistola	.380	02
Pistola	9mm	01
Revólver	.38	05
Revólver	.45	01
Rifles	.22	01
Rifles	.32	01
Rifles	.38	01
Garrucha	-	01
Espingarda	.40	01

Quantidade de munição apreendida

CALIBRE	QUANTIDADE
.38	38
.32	15
.22	03
.45	06
5.56	40
.380	07

OBS: A DELEARM tem suas atribuições definidas no art. 224 da IN nº 13/2005-DG/DPF, de 15 de junho de 2005. Contudo, a casuística relacionada ao tráfico de armas de fogo no Piauí é bem reduzida, dado que o Estado não constitui ponto estratégico para esse tipo de delito. Na prática, destarte, a circulação de armas no Piauí, em regra, está ligada a outras atividades criminosas, tais como assalto a bancos e roubos de carga.

Repressão a Entorpecentes – DRE

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Realização de barreiras e atividades de controle e fiscalização de produtos químicos	diversos	Detectar e reprimir a comercialização e o consumo de substâncias ilícitas no Estado.	Apreensão de substâncias entorpecentes e fiscalização de empresas que utilizam produtos químicos	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Índices

TIPOS DE ENTORPECENTES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
COCAÍNA (KG)	-	4,361	6,364	26,965	65,938
CRACK (KG)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
HAXIXE (KG)	-	0,00187	38,74	0,00	0,00
L.S.D. (UN)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
LANÇA PERFUME (FR)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
M.D.M.A. (UN) – Excitase	-	0,00	0,00	0,00	0,00
MACONHA (KG)	-	669,118	505,449	1.059,11	864,992
MERLA (KG)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
PASTA BASE (KG)		0,00	0,00	0,00	0,00
PÉS DE MACONHA (UN)		1	0,00	0,00	0,00
PSICOTRÓPICOS (UN)		2	0,00	0,00	0,00
SEMENTE DE MACONHA (KG)		0,030	0,00	0,00	0,00
CLORETO DE ETILA (L)		0,00	0,00	0,00	0,00
HEROÍNA (KG)		0,00	0,00	0,00	0,00

CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DE PRODUTOS QUÍMICOS

ATIVIDADES	QUANTIDADE				
	2003	2004	2005	2006	2007
EMPRESAS FISCALIZADAS	Sem dados	-	07	17	02
CADASTROS APROVADOS	Sem dados	25	29	16	18
LICENÇAS RENOVADAS	Sem dados	51	50	36	43
AUTORIZAÇÕES PRÉVIAS EMITIDAS – IMPORTAÇÃO	Sem dados	-	-	-	-
AUTORIZAÇÕES					

	QUANTIDADE				
PRÉVIAS EMITIDAS – EXPORTAÇÃO	Sem dados	-	-	-	-
AUTORIZAÇÕES ESPECIAIS EMITIDAS	Sem dados	-	-	-	-
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (LÍQUIDO - L)	Sem dados	-	-	68	-
PRODUTOS QUÍMICOS APREENDIDOS (SÓLIDO -KG)	Sem dados	-	11.440	2.800	300
VALORES ARRECADADOS – TAXAS	Sem dados	43.400,00	38.900,00	43.400,00	Sem dados
VALORES ARRECADADOS – MULTAS	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados	Sem dados

Repressão a Crimes Contra o Patrimônio - DELEPAT

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Operação Valáquia	Teresina	Repressão a crimes praticados por hackers	Prisão de 21 membros de quadrilha interestadual especializada em furto de contas bancárias via internet	S
Operação Encalço	Teresina	Repressão ao crime organizado	Prisão de 06 membros de quadrilha interestadual de seqüestradores.	N

VS: Verba Secreta.

S – Sim

N - Não

Análise Crítica:

O foco maior das ações governamentais da área de segurança nos últimos anos tem sido o desmantelamento do crime organizado, cujas ações danosas de seus agentes vêm se proliferando nas diversas regiões do país, exigindo atuação integrada de todas as instituições que têm a segurança pública por objetivo comum, a exemplo das polícias civil, militar, Ministério Público e Judiciário, dentre outros órgãos.

Os efeitos das ações danosas do crime organizado se fazem sentir tanto na dilapidação do patrimônio público (crimes contra os sistemas financeiro, fazendário e previdenciário, por exemplo), como contra a ordem política e social, incluindo-se nesse contexto o tráfico de influência nas diversas esferas da administração pública, tráfico e comercialização de substâncias entorpecentes, armas ilícitas e agressão aos direitos humanos, dentre outros.

O desafio de minimizar os efeitos da atuação dos agentes da criminalidade levou esta Superintendência Regional a concentrar esforços durante o exercício de 2007 na realização de diligências e trabalhos de inteligência policial, os quais culminaram no desencadeamento das operações Valáquia, Encalço e Rapina.

As referidas operações mobilizaram o efetivo policial desta Superintendência Regional e de outras unidades da região Nordeste, obtendo-se os seguintes resultados: Operação Valáquia: prisão de 21 membros de quadrilha interestadual especializada em furto de contas bancárias via Internet; Operação Encalço: prisão de 06 componentes de quadrilha interestadual de seqüestradores; e Operação Rapina, realizada em cidades do interior do Maranhão, com o suporte desta SR/DPF/PI, tendo como resultado a prisão de 29 elementos de organização criminosa que atuava subtraindo recursos federais repassados a Prefeituras Municipais do Estado do Maranhão.

Outra área em que o crime organizado vem atuando de maneira crescente no estado é a de entorpecentes. Nessa área esta Superintendência, em parceria com o sistema educacional do estado, realiza trabalho preventivo ministrando palestras em escolas que manifestem interesse, a fim de prevenir o aliciamento da juventude para o mundo das drogas, trabalho que conta com a experiência do psicólogo CARLOS ALBERTO MATOS DA SILVA, do perito criminal federal JOSÉ ARTUR DE VASCONCELOS NETO e de agentes de polícia federal lotados na Delegacia de Repressão a Entorpecentes.

As operações propriamente ditas de repressão ao tráfico e consumo de substâncias entorpecentes resultaram, em 2007, na apreensão de 65,938 kg de cocaína (contra 26,965 kg apreendidas no ano de 2006, registrando-se uma aumento significativo de 40%) e 864,992 Kg de Maconha, não havendo registro de apreensão de outros tipos de drogas durante o exercício.

4.1.3 Ação: 2662 – CAPACITAÇÃO E ESPECIALIZAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS DA POLÍCIA FEDERAL.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 0,00

Não foram descentralizados créditos específicos para esta ação no exercício, não obstante, tal circunstância não impediu a realização de atividades voltadas para o treinamento e/ou reciclagem de servidores em cursos ministrados, em sua maioria, pela Academia Nacional de Polícia, em Brasília e outras unidades da federação.

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
Curso de atualização em bombas e explosivos	1	Rio de Janeiro/RJ
Curso de operações de inteligência policial – Módulo II	1	Florianópolis/SC
IV – Cursos de controle e fiscalização de produtos químicos para policiais	1	ANP/Brasília
I – Encontro Nacional de Comissões e Avaliação de Documentos do DPF	1	ANP/Brasília

EVENTO (curso, palestra, encontro, etc.)	NÚMERO DE PARTICIPANTES	LOCAL DE REALIZAÇÃO DO EVENTO
Curso de gestão de inteligência policial	1	ANP/Brasília
Curso de utilização de agentes químicos e munição menos letal no controle de distúrbios civis	1	ANP/Brasília
Curso sobre estudo de impacto ambiental	1	ANP/Brasília
Treinamento em identificação de itens de segurança constante nos documentos de segurança e nas cédulas e moedas de real	1	Rio de Janeiro/RJ
II – Fórum Nacional sobre Papiloscopia e Identificação no Brasil	1	ANP/Brasília
II Curso de Atualização em Procedimentos Administrativos Disciplinares	3	ANP/Brasília
II Seminário Nacional de Documentoscopia	3	INC/Brasília
IV Conferência Internacional de Perícias em Crimes Cibernéticos	1	Guarujá/SP
IX Congresso Brasileiro de Identificação em Perícias Papiloscópicas e Necropapiloscópicas.	1	Porto Velho/RO
IV Seminário de Perícias em Engenharia Civil	2	Florianópolis/SC
Curso de varredura eletrônica	1	INC/Brasília
Curso de representação facial humana	1	ANP/Brasília
I Curso de Combate ao Comércio Ilegal de Agrotóxicos e afins	2	ANP/Brasília
Curso de Desenvolvimento de Gerentes Operacionais e Supervisores	1	ANP/Brasília
II Curso de Sistema Automatizado de Reconhecimento de Impressões Digitais	1	INC/Brasília
Curso de atualização em PAD	3	ANP/Brasília
Curso de atualização em perícia papiloscópica	1	ANP/Brasília
I e II Encontros de Atualização dos Cenários Prospectivos do DPF	2	ANP/Brasília
Curso de Coleta de amostra de disparo de arma de fogo para análise por microscopia eletrônica de varredura	1	ANP/Brasília

Análise Crítica:

Como se pode observar no quadro demonstrativo acima, todos os cursos e eventos de capacitação de recursos humanos realizados no exercício foram voltados para a atividade fim do órgão, ficando, portanto, prejudicado o treinamento e desenvolvimento do quadro de servidores do Plano Especial de Cargos desta unidade, a quem compete prestar o apoio logístico indispensável à consecução das atividades fins do órgão.

4.1.4 Ação: 2679 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE DE EMPRESAS DE PRODUÇÃO, TRANSPORTE E COMÉRCIO DE PRECUSSORES QUÍMICOS.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 116.258,48 (Cento e dezesseis mil, duzentos e cinquenta e oito reais e quarenta e oito centavos)

O valor foi destinado ao custeio de diárias e passagens nos deslocamentos para realização de atividades relacionadas a esta ação no âmbito da circunscrição desta Superintendência Regional e em eventos de capacitação promovidos pelo órgão central na área de produtos químicos.

4.1.5 Ação: 1B36 - CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE BASES OPERACIONAIS E UNIDADES DO DPF.

Valor recebido da Unidade Central nesta Ação: R\$ 203.702,67

O valor foi destinado a contratação dos serviços de construção de guarita e adaptação do edifício sede desta SR/DPF/PI às exigências da legislação vigente quanto a melhoria das condições de acessibilidade aos portadores de necessidades especiais e pintura geral do prédio.

Outras atividades

Corregedoria Regional de Polícia Federal - COR

A Corregedoria Regional é uma unidade da estrutura organizacional desta Superintendência Regional que tem como atribuições: a análise de expedientes internos e externos; emissão de manifestação quanto à admissibilidade de inquéritos policiais, a luz da legislação vigente e atribuições constitucionais do DPF; cumprimento de cartas precatórias; consultas aos sistemas corporativos do DPF visando evitar duplicidade de inquéritos policiais, termos circunstanciados e LREs; emissão de pareceres em processos administrativos disciplinares, excetuados aqueles distribuídos ao Núcleo de Disciplina; atendimento à consultas formuladas pelo Gabinete e autoridades policiais e atendimento ao público externo que comunica denúncias de crimes ou infrações disciplinares supostamente perpetradas por Policiais Federais.

Atividades desenvolvidas:

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Manifestações em expedientes externos /internos quanto as atribuições do DPF.	SR/PI	Preservar as atribuições constitucionais do DPF	Expedição de 296 manifestações	N
Cumprimento de cartas precatórias	SR/PI interior e do estado	Atender solicitações de outras regionais	Cumprimento de 165 cartas precatórias	N

OPERAÇÃO/ATIVIDADE	LOCAL	OBJETIVO	RESULTADO	Uso de VS S ou N
Consultas aos sistemas do DPF em relação a expedientes internos e externos	SR/PI	Evitar duplicidade em procedimentos policiais	Realização de 296 consultas	N

ANEXO A**Demonstrativo de tomadas de contas especiais**

(item 12 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

OBSERVAÇÃO: Não houve no exercício de 2007 nenhuma ocorrência de tomada de conta especial.

ANEXO B

Demonstrativo de perdas, extravios ou outras irregularidades

(item 13 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1.

UNIDADE: Superintendência Regional do DPF no Piauí		
NOME DO RESPONSÁVEL:		CPF:
CARGO:	FUNÇÃO:	MATRÍCULA:
DESCRIÇÃO SUCINTA DA FORMA COMO O FATO IRREGULAR SE DEU:		
DESCRIÇÃO DO OBJETO DA PERDA, EXTRAVIO OU OUTRAS IRREGULARIDADES:		
CRITÉRIO UTILIZADO NA QUANTIFICAÇÃO DO DANO:		
DESCRIÇÃO DO ACORDO FEITO PELA ADMINISTRAÇÃO COM AGENTE RESPONSÁVEL PARA REPARAÇÃO DO DANO:		
VALOR RECOLHIDO:	DATA DO RECOLHIMENTO:	
LOCAL E DATA:	NOME:	ASSINATURA:

OBSERVAÇÃO: Não houve, durante o exercício de 2007, nenhuma ocorrência administrativa que se enquadrasse na situação tipificada neste anexo.

ANEXO C

Despesas com cartão de crédito corporativo

(conforme item I-1.8 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tabela C1 – Cartão de crédito corporativo: série histórica das despesas pagas mediante fatura

2005	2006	2007
-	1.523,53	-

Tabela x – Cartão de crédito corporativo: detalhamento das despesas pagas mediante fatura

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor
-	-	-	-
-	-	-	-
Totais			-

Obs: Não houve pagamento de despesa com cartão corporativo mediante fatura

Tabela C2 – Cartão de crédito corporativo: série histórica dos saques efetuados

2005	2006	2007
0,00	9.510,00	48.680,00

Tabela C3 – Cartão de crédito corporativo: detalhamento dos saques efetuados em 2007

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor (R\$)
Supr. Fundos 002/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Maurício Siqueira Fagundes	4.750,00

Descrição da ocorrência	Justificativa	Responsável	Valor (R\$)
Supr. Fundos 006/2007	Despesas de caráter sigiloso	Carlos Alberto Neves de Sousa	4.875,00
Supr. Fundos 013/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Álvaro Vaz Filho	2.810,00
Supr. Fundos 017/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Antônio Francisco Matos	4.945,00
Supr. Fundos 022/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Hamilton Santos Mendes	4.170,00
Supr. Fundos 024/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Maurício Siqueira Fagundes	1.800,00
Supr. Fundos 027/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Jesus Tadeu Soares Sousa	9.130,00
Supr. Fundos 028/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Carlos Augusto dos Anjos	9.700,00
Supr. Fundos 029/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	George Monteiro e Silva Chaves	5.000,00
Supr. Fundos 031/2007	Despesas eventuais, inclusive em viagem, que exijam pronto pagamento em espécie, visando o cumprimento de ordens de missão policial	Maurício Siqueira Fagundes	1.500,00
Total			48.680,00

Detalhamento dos saques efetuados por cada suprido no exercício de 2007:**MAURICIO SIQUEIRA FAGUNDES**

Suprimento de Fundos nº 002/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
26FEV	200391/00001	OB900168	531302	500,00
05MAR	200391/00001	OB900195	531302	500,00
08MAR	200391/00001	OB900240	531302	750,00
14MAR	200391/0001	OB900292	531302	500,00
19MAR	200391/00001	OB900300	531302	500,00
13ABR	200391/00001	OB900459	531302	150,00
16ABR	200391/00001	OB900473	531302	1.000,00
17ABR	200391/00001	OB900474	531302	850,00
TOTAL (R\$)				4.750,00

Suprimento de Fundos nº 024/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
20AGO	200391/00001	OB901181	531302	400,00
03SET	200391/00001	OB901259	531302	700,00
09OUT	200391/00001	OB901376	531302	400,00
11OUT	200391/0001	OB901378	531302	300,00
VALOR (R\$)				1.800,00

Suprimento de Fundos nº 031/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
11DEZ	200391/00001	OB901739	531302	700,00
11DEZ	200391/00001	OB901749	531302	800,00
VALOR (R\$)				1.500,00

CARLOS ALBERTO NEVES DE SOUSA

Suprimento de Fundos nº 006/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
02MAR	200391/00001	OB900187	531302	500,00
05MAR	200391/00001	OB900196	531302	500,00
09MAR	200391/00001	OB900244	531302	505,00
12MAR	200391/0001	OB900257	531302	500,00
21MAR	200391/00001	OB900306	531302	800,00
26MAR	200391/00001	OB900363	531302	200,00
26ABR	200391/00001	OB900489	531302	100,00
04MAI	200391/00001	OB900609	531302	400,00
09MAI	200391/00001	OB900645	531302	700,00
09MAI	200391/00001	OB900646	531302	10,00
15MAI	200391/00001	OB900696	531302	130,00
18MAI	200391/00001	OB900718	531302	230,00
21MAI	200391/00001	OB900735	531302	300,00
TOTAL (R\$)				4.875,00

ALVARO VAZ FILHO

Suprimento de Fundos nº 013/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
26ABR	200391/00001	OB900490	531302	40,00
02MAI	200391/00001	OB900580	531302	150,00
02MAI	200391/00001	OB900581	531302	20,00
04MAI	200391/00001	OB900608	531302	400,00
11MAI	200391/00001	OB900688	531302	300,00
14MAI	200391/00001	OB900693	531302	750,00
18MAI	200391/00001	OB900717	531302	400,00
29MAI	200391/00001	OB900786	531302	500,00
29MAI	200391/00001	OB900787	531302	150,00
29MAI	200391/00001	OB900788	531302	100,00
TOTAL (R\$)				2.810,00

ANTONIO FRANCISCO MATOS

Suprimento de Fundos nº 017/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
04JUN	200391/00001	OB900821	531302	300,00
05JUN	200391/00001	OB900822	531302	500,00
05JUN	200391/00001	OB900823	531302	50,00
15JUN	200391/00001	OB900876	531302	295,00
18JUN	200391/00001	OB900886	531302	500,00
28JUN	200391/00001	OB900926	531302	500,00
16JUL	200391/00001	OB900985	531302	200,00
20JUL	200391/00001	OB901041	531302	1.000,00
30JUL	200391/00001	OB901062	531302	200,00
07AGO	200391/00001	OB901096	531302	150,00
07AGO	200391/00001	OB901097	531302	50,00
13AGO	200391/00001	OB901119	531302	1.000,00
20AGO	200391/00001	OB901180	531302	200,00
TOTAL (R\$)				4.945,00

HAMILTON DOS SANTOS MENDES

Suprimento de Fundos nº 022/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
20AGO	200391/00001	OB900179	531302	600,00
21AGO	200391/00001	OB901183	531302	200,00
21AGO	200391/00001	OB901184	531302	200,00
23AGO	200391/00001	OB901214	531302	1.000,00
24AGO	200391/00001	OB901227	531302	1.000,00
27AGO	200391/00001	OB901228	531302	1.000,00
30AGO	200391/00001	OB901236	531302	100,00
10SET	200391/00001	OB901298	531302	70,00
TOTAL (R\$)				4.170,00

JESUS TADEU SOARES SOUSA

Suprimento de Fundos nº.027/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
11SET	200391/00001	OB901299	531302	1.000,00
13SET	200391/00001	OB901343	531302	150,00
17SET	200391/00001	OB901344	531302	1.000,00
18SET	200391/00001	OB901345	531302	200,00
21SET	200391/00001	OB901370	531302	30,00
24SET	200391/00001	OB901371	531302	950,00
24SET	200391/00001	OB901372	531302	150,00
05OUT	200391/00001	OB901375	531302	200,00
11OUT	200391/00001	OB901377	531302	150,00
15OUT	200391/00001	OB901379	531302	1.000,00
17OUT	200391/00001	OB901381	531302	100,00
18OUT	200391/00001	OB901382	531302	900,00
22OUT	200391/00001	OB901384	531302	800,00
16NOV	200391/00001	OB901410	531302	1.000,00
16NOV	200391/00001	OB901411	531302	500,00
TOTAL (R\$)				9.130,00

CARLOS AUGUSTO DOS ANJOS

Suprimento de Fundos nº.028/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
26SET	200391/00001	OB901373	531302	900,00
01OUT	200391/00001	OB901374	531302	1.000,00
18OUT	200391/00001	OB901383	531302	200,00
08NOV	200391/00001	OB901408	531302	600,00
12NOV	200391/00001	OB901409	531302	1.000,00
22NOV	200391/00001	OB901414	531302	500,00
30NOV	200391/00001	OB901429	531302	940,00
03DEZ	200391/00001	OB901462	531302	60,00
03DEZ	200391/00001	OB901463	531302	500,00
07DEZ	200391/00001	OB901599	531302	1.000,00
11DEZ	200391/00001	OB901738	531302	1.000,00
11DEZ	200391/00001	OB901750	531302	1.000,00
13DEZ	200391/00001	OB901761	531302	1.000,00
TOTAL (R\$)				9.700,00

GEORGE MONTEIRO E SILVA CHAVES

Suprimento de Fundos nº.029/2007

DATA	UG/GESTÃO	DOCUMENTO	EVENTO	MOVIMENTO
01NOV	200391/00001	OB901386	531302	1.000,00
05NOV	200391/00001	OB901387	531302	1.000,00
07NOV	200391/00001	OB901406	531302	1.000,00
07NOV	200391/00001	OB901407	531302	1.000,00
19NOV	200391/00001	OB901412	531302	500,00
20NOV	200391/00001	OB901413	531302	500,00
TOTAL (R\$)				5.000,00

ANEXO D**Recomendações de órgãos de controle**

(item 9 do conteúdo geral por natureza jurídica do Anexo II da DN-TCU-85/2007)

1. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	ACORDÃO/DECISÃO			
1				
2				
3				
4				

Obs: Não houve no exercício nenhuma recomendação do TCU. Apenas as recomendações da Equipe de Auditoria da CGU/PI, indicadas abaixo.

2. SISTEMA DE CONTROLE INTERNO

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
	RELATÓRIO DE AUDITORIA			
1	189640	<p>a) Que o ato (de cessão do servidor de matrícula DPF nº.2.421.496 e SIAPE nº.0174558) seja formalmente convalidado pelo devido processo legal com relação ao período irregular de afastamento de 06.12.2004 a 21.03.2005 com a devida publicação no D.O.U;</p> <p>b) Que sejam apresentados os comprovantes de recolhimento com códigos de barras das Guias de Recolhimento da União relativos aos meses de março, R\$10.995,13 (dez mil, novecentos e noventa e cinco reais e treze centavos) e abril de 2005, no mesmo valor, totalizando R\$21.990,26 (vinte e um mil, novecentos e noventa reais e vinte e seis centavos);</p> <p>c) Que o Governo do Estado seja instado a ressarcir os valores em débito, de abril e maio de 2006, totalizando R\$33.009,43, bem como a Contribuição do Plano de Seguridade Social – PSS, rubrica 98002 correspondente ao período de março a maio de 2006, sob pena de inscrição do mesmo no CADIN.</p>	<p>a) O Núcleo de Recursos Humanos informou da impossibilidade de publicação do ato com efeito retroativo.</p> <p>b) O governo foi instado a ressarcir os valores devidos.</p>	Apresentação dos comprovantes de recolhimento em cópia à CGU.

ITEM	DOCUMENTO	RECOMENDAÇÃO/ DETERMINAÇÃO	PROVIDÊNCIAS ADOTADAS	RESULTADOS OBTIDOS
2	189640	Exigir juntamente com as faturas (Contrato nº.007/2006 ref. a serviço de vigilância) todos os documentos previstos na sub-clausula II do contrato relativamente aos pagamentos.	As providências já foram implementadas. Esta Superintendência Regional do DPF no Piauí diligenciou junto à empresa VIG VIGILÂNCIA LTDA ainda no início do presente exercício, quando foi realizada a Auditoria, e em 24/01/2007 todos os documentos relativos às guias de recolhimentos do FGTS e INSS, bem como as cópias dos contra-cheques dos empregados da contratada foram devidamente colocadas nos processos de pagamentos correspondentes.	Correção das impropriedades formais detectadas.
3	189640	Fazer um levantamento dos valores pagos (à EMBRATEL) nas faturas que não atestam discriminadamente os descontos em 2006 e na vigência deste contrato e seus aditivos. Elaborar um quadro com esses valores perfeitamente especificados, e em se apurando a concessão de descontos, pleitear ressarcimento.	As providências estão em andamento. Esta Superintendência Regional do DPF no Piauí diligenciou junto à EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICAÇÕES – EMBRATEL, cuja Gerência de Contas Corporativas já está procedendo aos cálculos para verificar se os descontos foram ou não concedidos, com vistas ao ressarcimento, se for o caso.	A contratada informou estar reprocessando todas as faturas listadas para fins de compensação financeira dos valores apurados.

Anexo E

Demonstrativo de transferências realizadas no Exercício

(conforme item I-1.3 do Anexo X da DN-TCU-85/2007)

Tipo	Código Siafi/Siasg	Identificação do Termo Inicial ou Aditivos	Objeto da avença	Data de publicação no DOU	Valor total pactuado	Valor total recebido/transferido no exercício	Contra-partida	Beneficiário (Razão social e CNPJ)	Situação da avença (alcance de objetivos e metas, prestação de contas, sindicância, TCE S/N?)

Orientações de preenchimento

a) *Tipo de transferência*: convênio, acordo, ajuste, parceria, subvenção, auxílio, contribuição, contrato de repasse, outros. No último caso, mencionar outros tipos de transferências que não envolvam recursos financeiros, tais como transferências de materiais ou acordos de cooperação técnica, se esses atos de gestão forem relevantes para avaliação da gestão da unidade jurisdicionada. Nesse caso, nem todos os campos serão objeto de preenchimento obrigatório.

b) *Situação da avença*: efetuar, quando for o caso, os seguintes registros:

i. No caso de instauração de processo administrativo para sindicância ou de TCE, informar: número do processo; fato que originou; identificação da unidade ou do responsável pela apuração; identificação dos responsáveis (nome, CPF e cargo/função); valores originais e datas de competência; e situação do processo (providências adotadas e a adotar, inclusive quanto à suspensão de transferência, prazo de conclusão do processo etc).

ii. No caso de convênio com saldo de VALORES A LIBERAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de liberação ou cancelamento.

iii. No caso de convênio com SALDOS A APROVAR, com vigência expirada, comentar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, bem como o plano de finalização da análise.

iv. No caso de convênio com SALDOS A COMPROVAR, com vigência expirada, relatar os motivos estruturais ou situacionais que determinam a pendência, a ocorrência ou não de notificação ao conveniente e inscrição em inadimplência, mencionando as datas e os números dos respectivos expedientes, ou justificar a falta de notificação ou de inscrição em inadimplência.

OBS: Não houve qualquer transferência realizada no exercício, razão pela este anexo não se aplica à presente prestação de contas.

ANEXO F

Informações da Unidade de Pessoal quanto ao efetivo encaminhamento, ao órgão de controle interno, dos dados e informações relativos aos atos de admissão e desligamento, bem como os atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, exigíveis no exercício a que se refere as contas, nos termos do art. 8º da IN/TCU nº 44/2002.

OBSERVAÇÃO:

As Unidades Descentralizadas do DPF não são responsáveis pelo encaminhamento das informações requeridas neste item. Todas as informações são centralizadas na Sede em Brasília.